

Energia dos Ventos III S.A.

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Energia dos Ventos III S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos III S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eduardo Wellichen', is written over a diagonal line that extends from the bottom right of the signature area towards the bottom right of the page.

Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Energia dos Ventos III S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		9.516	9.221
Caixa e equivalentes de caixa	4	465	583
Investimentos de curto prazo	5	7.435	7.115
Contas a receber de clientes	7	1.491	1.523
Despesas pagas antecipadamente		125	-
Não circulante		98.933	100.015
Títulos e valores mobiliários	6	10.489	7.627
Imobilizado	8	86.462	90.403
Intangível		1.982	1.985
Total do ativo		108.449	109.236
		31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		7.044	5.242
Fornecedores	9	819	624
Partes relacionadas	12.1	1.057	-
Empréstimos e financiamentos	10	3.821	3.644
Arrendamentos	12.1	13	14
Salários, férias e encargos sociais		15	14
Dividendos mínimos obrigatórios	12.1	991	439
Impostos e contribuições sociais a recolher		318	137
Provisão para constituição de ativos		-	361
Outros passivos		10	9
Não circulante		50.294	52.869
Empréstimos e financiamentos	10	50.185	52.823
Arrendamentos	12.1	109	40
Provisão para contingência		-	6
Patrimônio líquido	13	51.111	51.125
Capital social		46.522	49.716
Reserva de lucros		4.589	1.409
Passivo e patrimônio líquido		108.449	109.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos III S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	14	14.601	10.910
Custos operacionais			
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		(51)	(113)
Custos dos serviços prestados		(1.806)	(1.786)
Depreciação e amortização		(3.705)	(3.839)
	15	(5.562)	(5.738)
Lucro bruto		9.039	5.172
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(276)	(186)
Depreciação e Amortização		(28)	(29)
	15	(304)	(215)
Lucro antes do resultado financeiro		8.735	4.957
Despesas financeiras	16	(4.575)	(4.140)
Receitas financeiras	16	760	359
		(3.815)	(3.781)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.920	1.176
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(749)	(449)
Lucro líquido do exercício		4.171	727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos III S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	4.171	727
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	4.171	727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.646	56	799	-	48.501
Aumento de capital	2.070	-	-	-	2.070
Lucro líquido do exercício	-	-	-	727	727
Reserva legal	-	36	-	(36)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(173)	(173)
Transferência para reserva de lucros	-	-	518	(518)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	49.716	92	1.317	-	51.125
Redução de capital	(3.194)	-	-	-	(3.194)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.171	4.171
Reserva legal	-	209	-	(209)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(991)	(991)
Transferência para reserva de lucros	-	-	2.971	(2.971)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.522	301	4.288	-	51.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.920	1.176
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8	3.771	3.868
Encargos de dívidas empréstimos	10.b	3.397	3.885
Atualização monetária de dívidas empréstimos	10.b	1.082	-
Encargos de dívidas arrendamentos e mútuos		7	158
Receita de aplicações financeiras	16	(760)	(358)
Outras variações/atualizações monetárias e cambiais líquidas		(3)	-
Baixa do ativo imobilizado	8	(38)	6
		12.376	8.735
Aumento no ativo			
Contas a receber de clientes		32	(52)
Outros ativos		(99)	15
		(67)	(37)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		195	106
Partes relacionadas		-	4
Impostos e contribuições sociais a recolher		52	(189)
Outros passivos circulantes		(132)	-
		115	(79)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro			
		(516)	(377)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		11.908	8.242
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgate de títulos e valores mobiliários		382	373
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(2.861)	(3.998)
Resgate investimentos de curto prazo		4.936	8.076
Aplicações investimentos de curto prazo		(4.879)	(4.400)
Adições no imobilizado		(58)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos			
		(2.480)	51
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital	15	(2.136)	-
Pagamento de dividendos		(439)	-
Empréstimos e financiamentos tomados	10.b	-	1.330
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.b	(3.556)	(1.549)
Amortização de juros s/ empréstimos e financiamentos	10.b	(3.384)	(1.732)
Amortização de principal de arrendamentos		(24)	(18)
Amortização de juros s/ arrendamentos		(7)	(6)
Mútuos recebidos - partes relacionadas		-	(6.180)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			
		(9.546)	(8.155)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		(118)	138
Demonstração do redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	583	445
Saldo no final do exercício	4	465	583
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
		(118)	138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Energia dos Ventos III S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria 433 de 19 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santa Catarina, constituída de dez unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 16.000 kW de capacidade instalada e 8.500 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter nove Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 18.900kW de capacidade instalada e 9.600 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.651, de 23 de fevereiro de 2016.

Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035).

Autorização da ANEEL para início das operações comerciais: O Despacho nº 3.143 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018.

A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão.

Impactos do COVID 19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 04 de março de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)..

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos – Continuação

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 11 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.1 Instrumentos financeiros - Continuação

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.6 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.7 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A companhia vende a energia produzida no ambiente de Contratação Regulada – ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 180,34 MH/h (R\$ 172,08 em 2020), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(ii) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 533,58 MW/h, (não houve comercialização no ambiente livre no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, , é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021 (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16).

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021 – Continuação

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao IAS 1);
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao IAS 37);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao IAS 8);
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (alterações ao IAS 12).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Re remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa			
Banco conta movimento	-	1	554
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	464	29
		465	583

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	Re remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento - STA Energia	100,06% do CDI	7.250	6.785
Fundo de Investimento - Debêntures - Windepar	98,96% do CDI	185	330
		7.435	7.115

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo Exclusivo FI – Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em títulos públicos, e, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Re munerção	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação pós fixada	BNDES	98,96% do CDI	9.324	6.692
Aplicação pós fixada	Debêntures - Windepar	98,96% do CDI	1.165	935
			10.489	7.627

Os saldos das contas vinculadas ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e sua controladora Windepar Holding S.A..

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica - Energia própria	1.423	1.270
Suprimento de energia elétrica - Ajuste positivo CCEE	68	253
	1.491	1.523

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2021
Em serviço							
Terrenos		2.250	-	-	-	-	2.250
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	572	-	-	-	-	572
Máquinas e Equipamentos (i)	4%	102.529	31	-	27	(361)	102.226
Direito de uso de arrendamento (iii)	14%	84	-	-	-	92	176
Em curso							
Sistema de Conexão e Transmissão		-	-	-	-	-	-
Material em depósito (ii)		1.602	27	-	(27)	-	1.602
Total do custo do imobilizado		107.037	58	-	-	(269)	106.826
Depreciação							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(421)	(19)	-	-	-	(440)
Máquinas e Equipamentos		(16.179)	(3.724)	38	-	-	(19.865)
Direito de uso de arrendamento		(34)	(25)	-	-	-	(59)
Total da depreciação		(16.634)	(3.768)	38	-	-	(20.364)
Total do imobilizado líquido		90.403	(3.710)	38	-	(269)	86.462

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2020
Em serviço							
Terrenos		2.250	-	-	-	-	2.250
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	572	-	-	-	-	572
Máquinas e Equipamentos	4%	102.135	-	(6)	400	-	102.529
Direito de uso de arrendamento (iii)	22%	64	-	-	-	20	84
Em curso							
Sistema de Conexão e Transmissão		2.002	-	-	(2.002)	-	-
Material em depósito (ii)		-	-	-	1.602	-	1.602
Total do custo do imobilizado		107.023	-	(6)	-	20	107.037
Depreciação							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(402)	(19)	-	-	-	(421)
Máquinas e Equipamentos		(12.361)	(3.818)	-	-	-	(16.179)
Direito de uso de arrendamento		(14)	(20)	-	-	-	(34)
Total da depreciação		(12.777)	(3.857)	-	-	-	(16.634)
Total do imobilizado líquido		94.246	(3.857)	(6)	-	20	90.403

(i) Os valores na coluna “Outros” trata-se de estorno de provisões para constituição de ativos, vinculados a contratos da fase implantação.

(ii) Imobilizado em curso referem-se a sobressalentes destinados à substituição em caso de falha das unidades geradoras principais

(iii) Outros refere-se a remensuração do arrendamento proveniente da extensão de contrato de locação.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicativos acerca da necessidade de contabilizar ajustes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

9 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e Serviços	819	624

10 Empréstimos e financiamentos

(a) Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BNDES nº 15.2.0778.1	15/10/2032	TJLP+2,18%	130	2.721	2.851	2.730	40.423	43.106
BNDES nº 19.2.0598.1	15/10/2032	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	19	993	1.012	914	9.762	9.717
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	-	(42)	(42)	-	-	-
			149	3.672	3.821	3.644	50.185	52.823

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 07 de março de 2016 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos III S.A., é de R\$ 49.007, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032.

Foram liberados R\$ 48.155 até 31 de dezembro de 2016. Os juros incorridos do contrato de financiamento foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de abril, julho e outubro, sendo que no exercício de 2016 foram incorporados ao principal importância de R\$ 1.728.

Em 12 de Dezembro de 2019 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 19.2.0598.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos III S.A., é de R\$ 10.400, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do complexo eólico Aracati. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano de taxa de juros pré-fixada + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que a primeira amortização iniciará em 15 de janeiro de 2020 e a última será em 15 de outubro de 2032.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 dezembro de 2021 o ICSD Consolidado foi cumprido.

10 Empréstimos e financiamentos - Continuação

(b) As movimentações dos empréstimos e financiamentos são compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	Ingresso de dívida	Encargos de dívidas	Amortização de principal	Amortização de juros	31/12/2020	Atualização monetária	Encargos de dívidas	Amortização de principal	Amortização de juros	31/12/2021
Moeda Nacional											
BNDES	54.533	1.330	3.885	(1.549)	(1.732)	56.467	1.082	3.397	(3.556)	(3.384)	54.006

(c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
3.923	4.142	4.378	4.632	33.110	50.185

11 Provisão para contingências

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(B) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2021 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias/Cíveis/Trabalhistas/Ambientais/Arbitrais: não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(ii) Demandas Regulatórias: Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995-79.2016.4.01.3400, Companhia, Alupar Investimento S.A. (controladora da Companhia), bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da Companhia: e ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nestas empresas, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 54.

12 Partes relacionadas

12.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante			
Dividendos declarados - Windepar Holding S.A		991	439
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		13	14
Redução de capital - Windepar Holding S.A		1.057	-
		<u>2.061</u>	<u>453</u>
Passivo não circulante			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		109	40

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

		31/12/2021	31/12/2020
Custos			
Prestação de serviços - AF Energia S.A (*)	15	(24)	-
Despesas			
Juros sobre mútuo a pagar - Windepar Holding S.A		-	(152)
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		(102)	(53)
		<u>(102)</u>	<u>(205)</u>

Em 28 de fevereiro e 13 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contratos de mútuo entre a acionista Windepar Holding S.A., nos valores de R\$ 1.407 e R\$ 26 respectivamente, ambos utilizados para investimento na linha de transmissão do parque eólico. Os contratos possuem vencimento previsto para julho de 2021 e são remunerados a 110% da CDI a.a.

E, em 14 de dezembro 2020 a Companhia quitou os saldos remanescentes dos contratos no montante de R\$ 212.

Em 22 de setembro de 2021 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 3.194. Em, 14 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a quitação de parte da devolução aos acionistas no valor de R\$ 2.136.

12 Partes relacionadas - Continuação

- a. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

(*) A AF Energia S.A possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação comoreligadores, disjuntores e chaves seccionadas, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

12.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2021
Alupar/ Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	49.007	43.274
Alupar/ Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR ; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPES, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10/12/2019	15/10/2032	10.400	10.774

12.3 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve pagamento de remuneração da alta administração.

13 Patrimônio líquido

Capital social

Em 22 de setembro de 2021 a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, de R\$ 49.716 para R\$ 46.522, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 3.194.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 46.522 (R\$ 49.716 em 31 de dezembro de 2020) dividido em 51.563.928 (51.622.407 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Windepar Holding S.A.	51.563.927	99,99	51.622.406	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01	1	0,01
Total das ações	51.563.928	100,00	51.622.407	100,00

Reservas de Lucros

a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	4.171	727
Reserva legal	(209)	(36)
Subtotal	3.962	691
Dividendo mínimo obrigatório	(991)	(173)
Reserva de lucros	(2.971)	(518)
Saldo de lucros acumulados	-	-

14 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia - Geração própria	15.027	11.337
Suprimento de energia - Ajuste positivo CCEE	246	48
	15.273	11.385
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(109)	(74)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(501)	(342)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(62)	(59)
	(672)	(475)
Receita operacional líquida	14.601	10.910

15 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		(51)	-	(113)	-
Doações, contribuições e subvenções		(11)	(2)	(7)	-
		(62)	(2)	(120)	-
Custos gerenciáveis					
Seguros		(84)	(15)	(81)	(3)
Aluguéis		-	(9)	-	(4)
Provisão (reversão) para contingências		6	-	-	-
Material		(11)	(1)	(1)	(1)
Serviços de Terceiros		(1.674)	(240)	(1.656)	(172)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	12.1	(24)	-	-	-
Outros		(8)	(9)	(41)	(6)
		(1.795)	(274)	(1.779)	(186)
Depreciação e Amortização		(3.705)	(28)	(3.839)	(29)
		(3.705)	(28)	(3.839)	(29)
		(5.562)	(304)	(5.738)	(215)

16 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	760	358
Outros	-	1
Total	760	359
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.397)	(3.870)
Outros	(1.178)	(270)
Total	(4.575)	(4.140)
Total Líquido	(3.815)	(3.781)

17 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Faturamento e Liquidação CCEE	15.273	15.273	11.385	11.385
Presunção do lucro - 8% / 12%	1.222	1.833	911	1.366
Receita financeira	760	760	359	359
Base de cálculo IR e CS	1.982	2.593	1.270	1.725
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	499	248	294	155
Outros ajustes	1	1	-	-
Total dos tributos	500	249	294	155
LAIR	4.920	4.920	1.176	1.176
Alíquota efetiva	15,20%		38,24%	

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	1	1	554	554	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	464	464	29	29	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimento de curto prazo	7.435	7.435	7.115	7.115	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Titulos e valores mobiliários	10.489	10.489	7.627	7.627	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	1.491	1.491	1.523	1.523	-	Custo amortizado
	19.880	19.880	16.848	16.848		
Passivo						
Fornecedores	819	819	624	624	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	54.006	54.006	56.467	56.467	-	Custo amortizado
	54.825	54.825	57.091	57.091		

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco - Continuação

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco - Continuação

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
	Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
Aplicações financeiras automáticas	CDI	464	25	37	49	62	74
Investimento de curto prazo	CDI	7.435	395	593	790	988	1.186
Títulos e Valores mobiliários	CDI	10.489	557	836	1.115	1.394	1.672

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				3,04%	4,56%	6,08%	7,60%	9,12%
BNDDES	TJLP +	2,18%	43.274	2.288	2.960	3.632	4.304	4.976
				2,32%	3,47%	4,63%	5,79%	6,95%
BNDDES	IPCA	1,68%	10.774	514	681	847	1.014	1.180

19 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	208.899	130	10/12/2022
Risco de responsabilidade civil geral	5.000	2	10/12/2022
Total	213.899	132	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado no parque eólico.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2